



ACADEMIA DE LÍDERES

CURSO

**FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO
MUNICIPAL: CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

ALUNO(A)

REALIZAÇÃO



APOIO





Diretoria Executiva da FETAMCE

Enedina Soares da Silva

Presidenta – Caucaia

Valdeci Antunes dos Reis

Vice-Presidente – Beberibe

Ana Claudia de Melo Pereira

Secretária Geral – Pentecoste

Luciene de Oliveira Alves

Secretária de Administração e Finanças - Quixadá e Região

José Valter Alves Saraiva

Secretário de Organização e Política Sindical - Piquet Carneiro

Carmem Silvia Ferreira Santiago

Secretária de Formação – Barreira

Antônia Aurenice Santiago

Secretário de Política Social – Canindé

Francisco de Matos Junior

Sec. de Assuntos Jurídicos – Crato

Nadja Carneiro de Souza

Sec. de Juventude – Ubajara

Edila Maria Vasconcelos

Sec. de Comunicação – Irauçuba

Sheila Maria Gonçalves da Silva

Sec. da Mulher Trabalhadora – Quixadá

Francisco Barroso de Paula

Sec. de Saúde do Trabalhador – Umirim

Ninívia Maciel Evangelista Sousa Campos

Sec. de Combate ao Racismo – Itapipoca



Maria do Socorro Alves Pires
Sec. do Meio Ambiente – Crateús

Antonio Marcos Pinheiro Santos
Sec. de Relações do Trabalho - Tabuleiro do Norte

Rafael Fernandes Ferreira
Sec. de LGBT - Jaguaribe

Suplentes da Diretoria Executiva

José Ribamar Muniz Feitosa
Tinguá

Magnaldo Barros Franco
Várzea Alegre

Iracema de Oliveira Sousa
Tamboril

Maria Ozaneide de Paula
Aquiraz

Osmar Leite de Oliveira
Cedro

João Paulo Fernandes Leite
Jaguaribara

Manoel Brito de Souza
Coreaú

Ivaneiza Vieira da Costa
Eusébio



Conselho Fiscal

Efetivos

Maria Socorro Ricart

Quixadá

Carlinda Montenegro Viana

Itapipoca

Catarina Maria de Lima

Caucaia

Suplentes

Franciedson Oliveira da Cunha

Beberibe

Maryane Costa Correia

Ocara

Antônio de Barros Medeiros

Quixeramobim

Coordenadores Regionais da FETAMCE

Regional Metropolitana

Maria Lionete da Silva (Caucaia)

Joana D`arc Ferreira Lopes (Maracanaú)

Sabina Leila Barros dos Santos (Itaitinga)

Regional Crateús

Elisvaldo Oliveira da Silva (Ipueiras)

José Gilberto de Carvalho Freitas (Nova Russas)

Antônia Nilce Pereira de Souza (Independência)



Regional Sertão Central

Francisca Neiva Esteves da Silva (Quixadá)
Adriana Costa de Carvalho (Senador Pompeu)
Junior (Quixeramobim)

Regional Itapipoca

Daniel Freitas Dias (Trairi)
Francisco Henrique da Conceição (Cruz)
Hermesland Teixeira da Alencar (Amontada)

Regional Serra do Maciço Baturité

José Edival Oliveira Santos (Barreira)
Aparecida Castro de Oliveira (Barreira)
Magnadia Correia Costa (Ocara)

Regional Serra da Ibiapaba

Elisvaldo Oliveira da Silva - (Graça)
Francinete Ferreira Cardoso (Tanguá)
Evando Gomes Mesquita (Guaraciaba do Norte)

Regional Cariri

Francirleia Mendes Filgueiras (Jardim)
Francisco Gonçalves Maia (Santana do Cariri)
Francisca Merilane de Menezes (Farias Brito)

Regional do Vale Jaguaribe

Maria das Candeias Pinheiro de Queiroz Barros (Jaguaribe)
Carlos Moacir Costa Serpa (Iracema)
João Geancarlos Moreira de Andrade (Tabuleiro do Norte)

Regional do Iguatu

Nelço Rodrigues Candido Filho (Orós)
Diana de Araújo Moura (Icó)
Messias Ramualdo de Brito (Saboeiro)

Regional Sobral

Marilene Portela de Aguiar (Mucambo)
Luciano Silva Passos (Meruoca)
Erandi Alves de Lima (Moraújo)



SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

O sindicalismo no mundo: notas fundamentais

O sindicalismo no Brasil: a república e a luta dos trabalhadores

A CUT neste contexto histórico

FETAMCE: um novo jeito de fazer a história



Apresentação

A Formação no movimento sindical é ao mesmo tempo meio e fim. Meio porque ela é um instrumento a serviço da ação sindical. E fim, porque ela, enquanto instrumento da ação, assume a missão política do fortalecimento da luta sindical. Ou seja, ela toma para si a prática sindical, reflete sobre ela e reorienta. Na Formação a perspectiva é de crítica e auto-crítica, pois “neste lugar” a relação dialética prática-teoria-prática se evidencia efetivamente.

Assim, a FETAMCE entende que a Formação está a serviço da implementação da estratégia de organização e luta sindical, não se confundindo como espaço de mera aplicação de conhecimentos adquiridos e sim, de reconstrução da mística de mudança social, passando pelo resgate das lutas, gestos, símbolos e atitudes de revitalização permanente do horizonte utópico, que combine o sonho de uma sociedade nova e o compromisso com construção desde agora.

Para nós, a Formação e a Organização Sindical se constituem em uma relação indivisível. O resgate e o fortalecimento de um dos dois pólos dessa relação remetem necessariamente ao outro. Ambos são espaços e instrumentos de lutas. Por isso afirmamos, que a Formação é um lugar de reflexão sobre a prática sindical e que as organizações sindicais são meios para que a ação formativa aconteça.

Neste contexto a FETAMCE é um espaço privilegiado de Formação de Sujeitos Coletivos que ampliam suas relações sociais e políticas, produzem e se apropriam de vários tipos de conhecimentos, que contribuem para uma leitura crítica da realidade, capazes de perceber o potencial político que este movimento tem para com a transformação política da sociedade e emancipação dos sujeitos.

A FETAMCE é uma grande escola, chamada movimento sindical dos/as servidores/as públicos municipais, espaço em que as pessoas aprendem a dar um novo sentido à vida individual e coletiva, a disputar projeto de sociedade, onde se vivencie novas relações sociais de gênero, de geração, de raça e de etnia. Onde se valorizam as múltiplas dimensões da vida. É também o lugar de revisitar a história com olhar de classe e reinterpretá-la sobre a nossa ótica e alimentar a utopia de construção de um outro mundo possível.

Nesta perspectiva a FETAMCE alinhado ao Planejamento Estratégico da atual gestão tem como estratégia "capacitar as direções e lideranças sindicais, considerando todo o processo de



renovação pela qual vem passando o sindicalismo cutista no ramo dos servidores públicos municipais", para o enfrentamento consistente dos desafios no que diz respeito:

- Ampliação da sua representatividade e consolidação do Ramo;
- Maior compreensão da concepção de Sistema Democrático de Relações de Trabalho;
- Enraizamento nos locais de trabalho e ampliação da filiação;
- Igualdade de oportunidades;
- Intervenção sobre Desenvolvimento, políticas públicas, promoção dos direitos e da cidadania, bem como sobre o papel do Estado;
- Ampliar as relações de cooperação e solidariedade nos espaços internacionais.

No processo de implementação da Política de Formação da FETAMCE estabelecemos como perspectiva a criação do Coletivo Estadual de Formação e da Academia de Liderança Sindical, como uma das condições para se garantir a mais ampla cobertura da formação sindical.

Iniciamos este processo formativo com o 1o. Curso da Academia de Líderes da FETAMCE abordando o tema "Fortalecimento da Organização Sindical no Serviço Público Municipal: Contexto, Desafios e Perspectivas" com carga horária de 200 horas-aula, utilizando a modalidade presencial e a distância. O referido curso está assim estruturado em 3 módulos.

A FETAMCE ao implementar a Política de Formação Sindical quer "dinamizar e inovar a ação sindical, revitalizar a prática dos dirigentes e contribuir com a transformação da realidade social".

Desejamos aos nosso líderes sindicais um rico aprendizado.

Enedina Soares

Presidente da FETAMCE

Carmem Santiago

Secretaria de Formação da FETAMCE



Introdução

Para compreendermos os processos de organização do sindicalismo no mundo e, principalmente, no Brasil é preciso apresentar o ponto-de-vista com o qual olhamos a história sindical. Isso é fundamental porque esse olhar guiará toda a nossa reflexão.

Leonardo Boff, no livro “A Águia e a Galinha”, nos diz que “todo ponto-de-vista é a vista de um ponto”¹. Essa afirmação nos ensina que **o olhar interfere naquilo que é olhado ou, em outras palavras, a visão interfere naquilo que é visto. Sendo assim, é necessário que tenhamos consciência da forma como observamos algo para que não sejamos enganados por nosso olhar, muitas vezes, parcial e incompleto. É importante que, ao estudarmos a história do sindicalismo, saibamos que o ponto-de-vista de nossos estudos não será aquele da história oficial.** A história oficial elege como heróis aqueles que, por vezes, utilizaram os instrumentos do poder para a dominação violenta ou ideológica dos trabalhadores e isso faz com que a história oficial seja, ao mesmo tempo, a história das elites. No entanto, embora se confunda com a oficial, a história das elites costuma ser aquela em que os exploradores do trabalho são reconhecidos como pioneiros, líderes e referenciais para o futuro. Nossos estudos, por sua vez, partem de um olhar crítico e reflexivo a respeito da história sindical no mundo e no Brasil, buscando nela o ponto-de-vista dos trabalhadores que, em cada conjuntura social e política, mobilizaram-se em contraposição aos interesses de seus exploradores e em favor de uma maior participação das maiorias na distribuição da riqueza produzida.

A análise crítica que experimentamos neste processo formativo entende que as coisas criticadas podem ser transformadas. Nossa contestação à forma como a história oficial ou das elites reduz o papel da luta dos trabalhadores é, na verdade, parte do inconformismo com o qual observamos as desigualdades contra as quais tem se colocado o movimento sindical brasileiro ao longo dos anos. Como diria Boaventura de Souza Santos, “o desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação”². O entendimento, portanto, é parte do processo de ação transformadora e processos formativos como este que estamos iniciando, para recusarem qualquer abordagem alienante, devem ter a mudança social como referência central de seus estudos.

¹ BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (p. 9).

² SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. (p. 23).



O sindicalismo no mundo: notas fundamentais

A Revolução Industrial, ocorrida na Europa durante os séculos XVIII e XIX, significou a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, associado ao uso de máquinas no processo produtivo. Até os fins do século XVIII, a maioria da população europeia vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal, o produtor dominava todo o processo produtivo. Embora a produção fosse predominantemente artesanal, países como a França e a Inglaterra possuíam manufaturas. As manufaturas eram grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam as tarefas produtivas manualmente, porém subordinados ao proprietário da manufatura. A Inglaterra foi precursora na Revolução Industrial devido a diversos fatores, entre esses podemos destacar: a liderança empresarial de sua rica burguesia, a constituição, em território inglês, da mais importante zona de livre comércio da Europa, o êxodo rural e a localização privilegiada junto ao mar que facilitava a exploração dos mercados ultramarinos. Como muitos empresários ambicionavam lucrar mais, o operário inglês era explorado em jornadas de trabalho de até 16 horas por dia em troca de um baixo salário. Além disso, mulheres e crianças também eram obrigadas a trabalhar para sustentarem suas famílias. As péssimas condições laborais e, principalmente, a redução dos postos de trabalho, ocorrida com o advento de máquinas cada vez mais modernas, foram o cenário e a motivação para a organização dos trabalhadores ingleses no país em que se deu a mudança de processo produtivo mais marcante dos últimos séculos.

A classe trabalhadora via na automação do trabalho industrial a fonte de todos os seus problemas. A inovação do maquinário que permitia substituir centenas de homens, mulheres e crianças nas fábricas foi o grande estresse social resultante da busca permanente dos empresários da indústria por cortar custos de produção. Esse conflito social está na base do surgimento dos “quebradores de máquinas” ou, como ficou conhecido, do **movimento ludista**. No início do século XIX, o ludismo foi a mobilização de trabalhadores para destruir as máquinas, principalmente, na indústria de tecidos. Os ludistas imaginavam que, destruindo as máquinas, recuperariam os empregos perdidos com a chegada das novas tecnologias de produção. A recuperação econômica da Inglaterra e a lei que punia com enforcamento aqueles que destruíssem máquinas fizeram com que esse movimento de trabalhadores perdesse capacidade de mobilização.

Nos anos 30 do século XIX, a Inglaterra viu a mobilização da Associação Geral dos Operários de Londres constituir a **“Carta do Povo”**. Nessa Carta, os trabalhadores se dirigiram ao parlamento inglês, reivindicando sufrágio universal masculino, voto secreto através da



cédula, eleição anual, igualdade entre os direitos eleitorais, participação de representantes da classe operária no parlamento e que os parlamentares fossem remunerados. O programa democrático radical do **Cartismo**, nome mais conhecido dessa mobilização, não foi, inicialmente, aceito pelos governantes. Os trabalhadores realizaram comícios, passeatas e manifestações para que as demandas da Carta fossem incorporadas pelos parlamentares. Assim, os cartistas conseguiram mudanças efetivas como a primeira Lei de Proteção ao Trabalho Infantil (1833), a Lei de Imprensa (1836), a Reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a lei permitindo as associações políticas e a lei da jornada de trabalho de 10 horas. No final da década de 1860, as reivindicações da Carta acabariam sendo incorporadas à legislação inglesa. **O Cartismo, portanto, foi o programa político da classe trabalhadora inglesa durante boa parte do século XIX.** Se, ao final dos oitocentos, a classe trabalhadora inglesa já demonstrava capacidade de construir agendas e vitórias políticas, naquele mesmo período, a nascente industrialização brasileira seria o cenário das primeiras mobilizações em que a luta dos trabalhadores se fazia antes mesmo da estruturação sindical que só viria a ocorrer no século XX.

O sindicalismo no Brasil: a república e a luta dos trabalhadores

O historiador britânico Edward Palmer Thompson registrou em seus livros a formação da classe operária inglesa e nos diz que ela “não surgiu tal como o sol numa hora determinada”³. Na verdade, Thompson usa essa frase de efeito para afirmar que a classe trabalhadora se fez na Inglaterra a partir de um processo em que diversas lutas e ações foram sendo aproximadas, confluindo no sindicalismo ativo e forte posteriormente estabelecido. Ou seja, **não é o sindicato que produz a classe trabalhadora, mas a classe trabalhadora que constitui o sindicato e lhe dá sentido.** Essa ideia de que a classe trabalhadora se faz na luta que se dá antes mesmo da estruturação sindical formal será aproveitada para pensar o caso brasileiro porque aqui também os trabalhadores já estavam em franco processo de mobilização antes da criação dos primeiros sindicatos.

A história do sindicalismo no Brasil está ligada às transformações econômicas, sociais e políticas que aos poucos transformaram um país monárquico, escravocrata, agrário e primário-exportador em uma nação republicana, de trabalho livre, urbana e industrializada. Os historiadores críticos afirmam que as primeiras formas de organização dos trabalhadores foram

³ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (p. 9).



as sociedades de auxílio mútuo e de socorro, logo em seguida surgem as uniões de operários que passaram a se organizar por ramos de atividade ainda no Brasil Imperial. No ano de 1858, registra-se a primeira greve no rio de Janeiro, feita pelos tipógrafos. Esses se rebelaram contra as injustiças patronais, reivindicando melhorias salariais e tendo êxito ao final do movimento grevista. As greves tiveram certa expansão entre as demais categorias, constituindo um mecanismo fundamental para as organizações da nascente classe operária naquele momento. **No ano de 1892, realizou-se o I Congresso Operário Brasileiro, que tinha como objetivos: a eleição direta pelo sufrágio universal em todos os postos eletivos; o estabelecimento de um salário mínimo; a jornada de oito horas diárias e a proibição de trabalho de crianças menores de doze anos. É nesse contexto que surgem os primeiros sindicatos, buscando conquistar os direitos fundamentais do trabalho.**

Nas inúmeras manifestações grevistas da virada do século XIX para o século XX no Brasil estavam presentes as reivindicações por melhorias salariais e a redução da jornada de trabalho. No congresso operário de 1906, que desembocou na criação da Confederação Operária Brasileira (COB), participaram duas tendências distintas do movimento operário. **A primeira tendência pode ser chamada de “anarco-sindicalismo”,** marcada pela negação da importância da luta política e da criação de um partido político. Os anarco-sindicalistas pregavam a ação direta dentro das fábricas e viam no sindicato o espaço ideal para a criação da sociedade anarquista. **A outra tendência, pode ser chamada de “socialista reformista”** que defendia a criação de um partido da classe operária e pretendia utilizar da luta parlamentar para reformar o sistema capitalista.

Os anarquistas foram fundamentais na direção da luta operária do início do século passado, impulsionando greves como a de 1917, que rapidamente passou de uma greve localizada, envolvendo 2000 trabalhadores, para um movimento generalizado, mobilizando cerca de 45000 operários, por todo o estado de São Paulo. Os grevistas reivindicavam a jornada de 8 horas, o respeito ao direito de organização, a redução dos aluguéis, a regulamentação do trabalho de crianças e mulheres e aumento salarial. O governo da Primeira República reprimiu violentamente essa e outras greves e disputava as direções sindicais, infiltrando lideranças governistas nos sindicatos. Assim, mesmo dirigindo categorias combativas, esses líderes governistas não iam além das reivindicações imediatas, conciliando sempre com o Estado. **Esses sindicalistas governistas ficaram conhecidos como sindicalistas amarelos.** No entanto, os anarquistas também não conseguiram avançar para além de conquistas imediatas, pois sua postura de confronto aberto com o Estado os fazia presa fácil da repressão.

Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, instaura-se uma política de industrialização em que a sindicalização torna-se uma política de Estado. Esse intervencionismo



estatal produz um sindicalismo controlado pelo governo federal, reduzindo a autonomia das organizações sindicais e seu potencial político. Entretanto, é também neste cenário que diversas reivindicações do movimento operário são incorporadas como leis. Em 1943, Vargas editou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estruturando um conjunto de normas criadas desde os anos 30 para proteger o trabalhador que estabeleciam o salário mínimo, a carteira de trabalho, a jornada diária de 8h, o direito a férias anuais remuneradas, o descanso semanal, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher e o direito à previdência social. Esse estatuto legal e o controle estatal não impediram que a luta sindical seguisse com suas mobilizações.

Os anos finais da Era Vargas (1930-1945) foram marcados por duas tendências políticas nacionais. A primeira seria liberal e burguesa cujos interesses econômicos estavam vinculados ao imperialismo estadunidense e era constituída pelas classes dominantes que temiam o projeto nacionalista de Vargas. A segunda seria nacional e popular que buscava a constituição de uma democracia com a participação efetiva das classes populares e era liderada pelas organizações de trabalhadores, como os sindicatos e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que viam no nacionalismo de Vargas um possível aliado para a resolução da desigualdade social nacional. Depois de uma fase extremamente repressiva para o movimento sindical, iniciou-se um trabalho de substituição das lideranças “pelegas”, ligadas ao controle estatal, por lideranças autênticas e representativas da classe operária. Em 1945, os sindicalistas criam o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) como organismo intersindical de caráter horizontal que rompia com a estrutura vertical, estabelecida pela legislação varguista, e defendem abertamente a autonomia da luta operária em um manifesto assinado por mais de 300 líderes sindicais representantes de 13 Estados brasileiros. Em 1946, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil sob forte influência dos membros do PCB. Isso demarca uma mudança na direção política do sindicalismo brasileiro com o enfraquecimento do anarquismo e a ascensão da intervenção dos comunistas na mobilização sindical. O Governo Dutra proibiu, em 1946, o MUT, decretou a intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, no ano seguinte, determinou a ilegalidade do PCB. No início dos anos de 1950, sob o último Governo de Vargas, o movimento sindical atingiu novamente grande poder de mobilização, associado à perspectiva de ter suas reivindicações acolhidas pelo governo. A mobilização sindical teve certo refluxo após o suicídio de Vargas e durante os anos de desenvolvimento e acelerada industrialização, promovidos pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960).

As lutas operárias, no início dos anos de 1960, assumiram forte capacidade de mobilização e pressão política. Após imensas manifestações grevistas foi realizado o III Congresso Sindical Nacional em que os trabalhadores brasileiros aglutinaram suas forças sob uma única organização nacional de coordenação da luta sindical: o Comando Geral dos



Trabalhadores (CGT). Naquela década, concomitante à mobilização urbana, o meio rural, onde vivia a maioria da população, passava por um processo de agitação política popular em torno da reforma agrária. Isso fazia dos anos anteriores ao golpe de 1964, uma conjuntura de forte mobilização popular em favor de mudanças no país. Se, de um lado, a legislação sindical permanecia intacta, mantendo suas características de tendência corporativista e estatista, na prática fazia-se letra morta porque a luta sindical avança em busca de sua autonomia e na tentativa de romper com a estrutura de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Quando mais se caminhava nesse processo em direção a amplas transformações sociais houve o Golpe Militar de 64. Contrários à implantação do que chamavam de “República Sindicalista” durante o Governo de João Goulart, aliados às classes médias urbanas, às burguesias agrária e industrial e ao governo estadunidense, os militares interromperam a democracia, abrindo caminho para a repressão política e o desenvolvimento com concentração de renda.

As difíceis condições para a luta sindical no campo e nas cidades durante o regime autoritário reduziram a ação sindical à resistência dentro dos limites estabelecidos violentamente pelos militares. No entanto, mesmo a retomada do “peleguismo”, dirigido pelos agentes do regime dentro das organizações sindicais, não impediu que a mobilização de trabalhadores participasse do cenário de enfraquecimento do período ditatorial e de reconstrução democrática.

Eder Sader, ao analisar os movimentos sociais e a retomada das greves nas metalúrgicas paulistas na virada dos 70 para os 80, afirma: “eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem (...). Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no espaço público”⁴ (1988, p. 36). Isso quer dizer que os anos de silenciamento, repressão e violência desembocaram numa explosão da atividade sindical questionadora da desigualdade, produzida pelos anos de chumbo. Como se pode ver, para Eder Sader, essa emergência era nova em relação ao período anterior ao regime, mas também em relação às experiências de contestação na história brasileira. **Os anos de 1980 foram aqueles em que a luta por melhores condições de trabalho e salário se reuniu à luta por cidadania política.** É nesse cenário de articulação profunda entre a luta dos trabalhadores e a luta por mudanças gerais na sociedade que surge o Novo Sindicalismo, derrotando o peleguismo nas direções dos sindicatos e constituindo combativamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. A CUT, formada por distintos segmentos do mundo sindical, foi a responsável por imprimir direcionamento ao

⁴ SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (p. 36).



sindicalismo brasileiro combativo durante a redemocratização. Leôncio Martins Rodrigues afirma que:

Se, no plano institucional, o avanço da CUT se fez a partir de uma estrutura poderosa montada a muitas décadas, no plano ideológico e político o avanço da CUT se realizou – em parte, pelo menos, levantando uma bandeira radical que se legitimava na luta contra o último governo militar desmoralizado, e, depois, a favor da aceleração e consolidação da transição democrática⁵.

A citação confirma o potencial inovador da ação cutista que, inclusive, se estendeu aos anos de 1990 que foram marcados pela hegemonia do projeto neoliberal no Brasil. O governo de Fernando Henrique Cardoso reuniu controle inflacionário, privatização de empresas públicas, redução do papel do Estado na economia e na garantia de direitos sociais e desemprego. O apoio social e eleitoral recebido por FHC devido ao controle da inflação assegurou sua reeleição e afiançou as políticas de enfraquecimento da capacidade de investimento estatal. Esse ciclo privilegiou o equilíbrio das contas públicas em detrimento da dinamização da economia, gerando desemprego e o conseqüente enfraquecimento da ação sindical. Esse quadro só seria alterado com a eleição de Lula da Silva em 2002.

André Singer⁶ analisa os governos Lula e Dilma como um período marcado por dois elementos: um pacto político conservador e uma reforma lenta da sociedade. As alianças que sustentam esses governos são compostas por partidos de esquerda oriundos da luta contra a Ditadura Militar, articulados a segmentos sociais e políticos contrários à ampliação dos direitos dos trabalhadores. O jogo entre essas forças, arbitrado pelo chefe do executivo, produz uma conjuntura política dinamizada por pressões de todos os lados na qual foi possível estabelecer ganhos aos trabalhadores (aumento do salário mínimo, aumento da renda real, aumento geral do emprego e da formalização do trabalho) ao mesmo tempo em que o setor patronal também ampliou seus ganhos. No mundo sindical, houve certa fragmentação com a criação de novos sindicatos e novas centrais sindicais que, por vezes, disputam com a CUT a direção política dos trabalhadores brasileiros. Mais recentemente, a combinação entre crise econômica e crise política no início do segundo mandato do governo Dilma tem aberto caminho para propostas políticas que comprometem os direitos e a continuidade dos ganhos do trabalho. É nesse contexto que a ação de sindicatos cutistas como a FETAMCE terá que se fazer.

⁵ RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (p. 94).

⁶ SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



A CUT neste contexto histórico

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial. Os avanços obtidos na proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho e a eleição de um operário à presidência da República em 2002, são fortes exemplos dessas mudanças e resultados diretos das ações da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora.

A CUT - Central Única dos Trabalhadores – foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso

Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Naquele momento, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos de todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz e imprimiam um capítulo importante da história.

De 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura. Porém, no final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se no país um amplo processo de reestruturação da sociedade. Este período registra, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização.



Neste cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado **"novo sindicalismo"**, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse.

O nascimento da CUT como organização sindical brasileira representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, um desafio de dar um caráter permanente à presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores.

O fortalecimento da democracia, o desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho são marcos estratégicos da CUT. A luta pela universalização dos direitos, bandeira histórica, é cotidianamente reafirmada com a participação ativa da Central na construção de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade, com destaque para mulheres, juventude, pessoas com deficiência física, saúde, combate à discriminação racial, idosos, entre outras. Estas ações têm garantido e ampliado a participação da CUT em conselhos, mesas de negociação e fóruns públicos, espaços que tem ocupado com contribuições decisivas.

No campo da solidariedade internacional, a CUT tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias conjuntas para o enfrentamento de políticas neoliberais - de privatização, de concentração de capital e altos lucros - que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho.

Na área do desenvolvimento solidário, as ações da CUT visam promover a inclusão social, por meio de novos referenciais de geração de trabalho e renda, e de alternativas de desenvolvimento.



Esses processos são articulados à formação e capacitação a partir da concepção de Educação Integral e seu papel emancipador, conceito defendido pela Central.

CRONOLOGIA DAS LUTAS

Esta é uma cronologia das principais lutas e mobilizações de âmbito nacional organizadas pela Comissão Nacional Pró-CUT e pela CUT, com a participação de outras entidades dos movimentos democráticos, populares e sindicais. A sua apresentação tem um objetivo apenas referencial, sendo que o aprofundamento das pesquisas pode ser feito no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT.

- **1981**

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT) - 21 À 23 DE AGOSTO 1981

A 1ª CONCLAT reuniu 5.030 delegados no município de Praia Grande, São Paulo, na primeira grande reunião intersindical realizada no Brasil desde 1964. Como atividade preparatória, foram realizados encontros estaduais das classes trabalhadoras (ENCLATs) em 16 estados e no Distrito Federal. No temário do congresso constava a discussão sobre direito ao trabalho, sindicalismo, saúde e previdência social, política salarial, política econômica, política agrária e problemas nacionais. No plano de ação foi aprovado a convocação de um dia nacional de luta em 1.º de Outubro e a indicação de uma greve geral. A CONCLAT deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-CUT.

DIA NACIONAL DE LUTA - 1.º DE OUTUBRO 1981

Este dia foi organizado pela Comissão Nacional Pró-CUT quando foi entregue ao Governo Militar um manifesto exigindo o fim do desemprego, da carestia, contra a redução de benefícios da previdência social, pela reforma agrária, direito à moradia, liberdade e autonomia sindicais, e por liberdades democráticas. Ocorreram manifestações em vários estados, no Rio de Janeiro, no Largo da Carioca, e na Praça da Sé em São Paulo as manifestações reuniram em torno de 5 mil pessoas cada uma.

- **1982**

PROTESTO CONTRA O PACOTE DA PREVIDÊNCIA - DECRETO LEI 1910 02 DE JUNHO 1982

Grande manifestação em Brasília convocada por 388 entidades sindicais e 4 confederações. As mobilizações se estenderam até o dia 16/06 - data da votação do projeto na Câmara Federal.



- **1983**

GREVE GERAL - 21 DE JULHO 1983

A greve foi organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT contra o arrocho salarial e contou com a paralisação de cerca de 3 milhões de trabalhadores de importantes categorias em vários estados, como metalúrgicos, comerciários, bancários, metroviários, servidores públicos, etc. Ocorreram grandes manifestações públicas nas principais capitais e regiões metropolitanas, com passeatas, arrastões e piquetes. O governo militar reprimiu durante, intervindo em sindicatos, cassando dirigentes e prendendo trabalhadores.

1.º CONGRESSO NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORAS - 26 À 28 DE AGOSTO 1983

O congresso foi convocado pelo setor combativo da Comissão Nacional Pró-CUT e realizou-se em São Bernardo do Campo, São Paulo, com a presença novamente de mais de 5 mil delegados de todo o país. O plano de lutas aprovado pedia o fim da lei de segurança nacional e eleições diretas para presidente. Também constava o combate à política econômica e salarial do governo, contra o desemprego, pela reforma agrária, em defesa da liberdade e autonomia sindical, com o fim das intervenções nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Petroleiros de Paulínia, Metroviários e Bancários de São Paulo e no Sindicato dos Petroleiros de Mataripe, na Bahia. Ao final foi aprovada a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e eleita uma direção nacional colegiada com mandato de 1 ano, tendo como coordenador geral Jair Meneguelli, metalúrgico de São Bernardo do Campo.

- **1984**

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 18 DE MAIO 1984

Participaram da Plenária ocorrida em São Paulo, delegados de 18 estados que realizaram um balanço da implantação da CUT. Entre suas resoluções a CUT reafirma sua posição de exigir boicote dos parlamentares ao Colégio Eleitoral e define o dia 25 de maio como o dia nacional de luta e greve geral, como forma de retomar a luta pelas Diretas Já.

1.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 24 À 26 DE AGOSTO 1984

Também foi realizado em São Bernardo do Campo, São Paulo, com a presença de 5.222 delegados de todo o Brasil. O congresso avaliou o primeiro ano de implantação da CUT e a situação econômica e social do país. Suas principais resoluções foram a organização de uma campanha nacional de luta em torno das reivindicações imediatas, a luta pelas diretas-já, a definição da greve geral como principal instrumento de luta dos trabalhadores. Foi eleita a



direção nacional da CUT, tendo como presidente Jair Meneguelli, metalúrgico de São Bernardo do Campo.

MARCHA À BRASÍLIA POR DIRETAS - JÁ 10 DE OUTUBRO DE 1984

Foi organizada pela CUT que agregou outras proposições à marcha: pela reforma agrária, salário desemprego, reajuste trimestral e contra o decreto-lei 2.065 que arrochava os salários. Os trabalhadores manifestaram-se nas plenárias do congresso nacional e entregaram aos deputados o projeto de redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais. A marcha serviu também para o lançamento da "Campanha Nacional de Luta" pela conquista das 40 horas semanais sem redução de salário.

- **1985**

GREVE NACIONAL DOS BANCÁRIOS - 11 E 12 DE SETEMBRO 1985

Impulsionada pela CUT, foi a maior greve nacional da categoria reunindo 700 mil bancários que paralisaram o sistema financeiro do país por dois dias. A greve foi vitoriosa, com os bancários conseguindo um índice de reajuste acima do que determinava a política salarial do governo.

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 13 À 15 DE DEZEMBRO 1985

A plenária foi realizada em São Bernardo do Campo, São Paulo, e dela participaram 232 delegados. Em suas resoluções constam a preparação da campanha nacional de lutas, a reivindicação de uma constituinte livre e soberana e pela reforma agrária. Também foi apresentado um modelo de organização sindical baseada na Convenção 87 da OIT, a ser discutida no II CONCURTO, e que tratava da liberdade e autonomia sindical.

- **1986**

2.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 01 À 03 DE AGOSTO 1986

O congresso foi no Rio de Janeiro e contou com a participação de 5.564 delegados de todo o Brasil. No temário do congresso constou a conjuntura econômica e política do país, o projeto de nova estrutura sindical e as mudanças estatutárias. Entre suas principais resoluções estavam a recuperação das perdas salariais impostas pelo plano cruzado, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, direito de greve, reforma agrária e participação popular na constituinte. Jair Meneguelli foi reeleito presidente da CUT.



GREVE GERAL - 12 DE DEZEMBRO 1986

Foi convocada pela CUT e CGT (Central Geral dos Trabalhadores) em defesa do salário, pelo congelamento geral dos preços, em defesa das estatais, contra o plano cruzado e o pagamento da dívida externa. Contou com a adesão de 25 milhões de trabalhadores que realizaram manifestações por todo o país, em algumas regiões, como no ABC paulista, a paralisação foi total.

- **1987**

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT- 05 À 07 DE JUNHO 1987

Participaram desta plenária 227 delegados, em São Bernardo do Campo, São Paulo, onde aprovaram a articulação da Jornada Nacional de Lutas como preparação à Greve Geral, a intensificação da coleta de assinaturas de apoio às propostas populares de emendas à constituição.

GREVE GERAL - 20 DE AGOSTO DE 1987

A greve geral foi organizada novamente pela CUT e CGT e convocada em repúdio ao Plano Bresser que mais uma vez arrojava os salários. Contou com a participação total dos metroviários e ferroviários, entre outras categorias, e ocorreram manifestações em várias cidades de todas as regiões do país, envolvendo milhões de trabalhadores.

- **1988**

CAMPANHA NACIONAL DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS - MARÇO 1988

A campanha foi movida pela CUT e tinha como principais reivindicações a reposição das perdas salariais segundo a tabela do DIEESE, reajuste mensal de salários, 40 horas semanais, estabilidade com garantia no emprego, liberdade de organização no local de trabalho, contrato coletivo de trabalho e unificação das datas base. No dia 15 de março foi feita a entrega da pauta aos governos Federal e Estaduais e a partir daí mobilizações e assembléias aconteceram em todas as regiões do país.

3.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 07 À 11 DE SETEMBRO 1988

Com a participação de 6.244 delegados reunidos em Belo Horizonte, Minas Gerais, discutiu-se a conjuntura da época e as tarefas da CUT; concepção e prática sindical, além de questões organizativas. Foi o maior encontro sindical ocorrido no Brasil em todos os tempos. Jair Meneguelli foi novamente reeleito presidente da Central.



- **1989**

GREVE GERAL - 14 e 15 DE MARÇO 1989

A CUT e a CGT se uniram para a realização desta greve contra o "Plano Verão", a recessão e o desemprego, pela recuperação das perdas salariais e reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, além do congelamento real dos preços dos produtos. Cerca de 35 milhões de trabalhadores aderiram ao movimento com grandes manifestações nas capitais e regiões metropolitanas.

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 04 A 06 DE AGOSTO 1989

A Plenária foi realizada mais uma vez em São Bernardo do Campo, São Paulo, e aprovou um plano de lutas contra a inflação e a especulação, em defesa do salário, pela reforma agrária e o não pagamento da dívida externa. No plano de ação constava a preparação de uma nova greve geral e a unificação das campanhas salariais. Participaram da Plenária Nacional 202 delegados vindos de todo o Brasil.

- **1990**

GREVE NACIONAL DAS CATEGORIAS EM LUTA - 10 DE JUNHO 1990

Foi organizada pela CUT e pelas Confederação Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores e tinha como reivindicações a garantia da reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação das terras cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reforma agrária, defesa dos serviços públicos, não pagamento da dívida externa. Ocorreram manifestações e atos públicos em diversos estados e nas grandes cidades.

PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 17 À 19 DE AGOSTO 1990

A Plenária foi realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, com a participação de 168 delegados que aprovaram uma campanha em defesa dos salários, do emprego, do patrimônio público, da democracia e da reforma agrária. Como parte do Plano de Ação foi aprovada a realização de uma "Campanha Salarial Nacional Unificada" de todos os trabalhadores da base sindical da CUT e articulada com todos os setores populares e democráticos organizados da sociedade civil.

DIA NACIONAL DE LUTA PELA SEGURIDADE SOCIAL - 07 NOVEMBRO 1990

Este Dia Nacional de Luta foi organizado pela CUT e diversas entidades da sociedade civil, como a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) e a Plenária Nacional de



Saúde, contra os vetos do presidente Collor à Lei Orgânica da Seguridade Social, exigindo que o Congresso Nacional votasse pelos direitos do Trabalhadores. Foram realizadas manifestações, debates e visitas a parlamentares em diversos estados e nas grandes cidades.

- **1991**

JORNADA DE ABRIL CONTRA O GOVERNO COLLOR - ABRIL 1991

Em defesa da previdência social, aposentadoria por tempo de serviço, saúde pública gratuita, defesa do serviço e ensino públicos e pela reforma agrária. Realização de assembléias em todas as instâncias da CUT, passeatas e atos públicos em todo o país, culminando em grandes manifestações populares no dia 1.º de Maio.

GREVE GERAL - 22 e 23 DE MAIO 1991

Convocada pela CUT, Confederação Geral do Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores, pela reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria e defesa da democracia. Várias categorias paralisaram suas atividades, reunindo cerca de 19,5 milhões de trabalhadores, houve protestos nas capitais e regiões metropolitanas.

4.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 04 À 08 DE SETEMBRO 1991

Participaram do congresso, em São Paulo, 1.554 delegados representando entidades sindicais de todo o país. Foi aprovado o combate ao projeto neoliberal do governo Collor, e resoluções contra o veto presidencial à política salarial e contra as privatizações. Também foram discutidos novos temas como a integração regional e o Mercosul e a reestruturação produtiva. Mais uma vez, Jair Meneguelli foi reeleito para a presidência da Central.

- **1992**

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA - 21 DE FEVEREIRO 1992

Também foi considerado como um dia nacional de lutas dos aposentados em defesa da Previdência Social e pelo pagamento do reajuste de 147,06% expurgado dos aposentados pelo governo Collor. Aconteceram atos públicos em todo o Brasil, sendo que em São Paulo uma manifestação reuniu mais de 2 mil pessoas.

DIA NACIONAL DE PROTESTO - DIGA NÃO AO GOVERNO COLLOR - 13 DE MARÇO 1992



A "Campanha Nacional Por uma Vida Melhor, com Liberdade e Democracia" foi promovida pela CUT, partidos políticos e movimentos sociais e teve seu auge no dia 13 de Março, quando o Governo Collor completou dois anos. Entre as reivindicações constavam salário e emprego para todos, defesa das estatais e do serviço público, reforma agrária, contra a violência e a corrupção, contra o FMI e o não pagamento da dívida externa. Ocorreram manifestações em todo o país, sendo que em São Paulo um ato público reuniu 10 mil pessoas.

5.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 15 À 18 DE JULHO 1992

Participaram 297 delegados representando 1.837 entidades filiadas. A Plenária aconteceu em São Paulo e decidiu sobre temas polêmicos como a filiação internacional da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), a participação da CUT nas câmaras setoriais, a substituição dos departamentos por ramo da CUT por Federações/Confederações, além da realização da Campanha Nacional de Luta exigindo salário, emprego e reforma agrária. Foram aprovadas as seguintes palavras de ordem: Basta de Corrupção! CPI prá valer! Impeachment já! Pelo Fim do Governo Collor!

JORNADAS DE LUTAS DOS TRABALHADORES RURAIS - ABRIL - JULHO DE 1992

Promovida pela CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras entidades. Entre as reivindicações constavam terra para plantar e morar, crédito rural subsidiado, salário digno, previdência garantida aos trabalhadores rurais, saúde de qualidade, demarcação das terras e autonomia aos povos indígenas e garantia dos direitos aos atingidos por barragens. As jornadas ocorreram em três etapas de 27/04 a 1.º de Maio, em fins de Maio e de 20 a 25/07 com mobilizações em todas as capitais, ocupação de terras e órgãos públicos, acampamentos e manifestações em Brasília.

CAMPANHA PELO IMPEACHMENT DE COLLOR - MOVIMENTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA - JUNHO - OUTUBRO DE 1992

A campanha nacional pelo impeachment de Collor reuniu a CUT, partidos políticos e movimentos sociais. Todos pediam ética na política, voto aberto dos deputados no processo de impeachment e o fim da corrupção. As manifestações ocorreram em todos os estados, nas principais cidades, reuniram milhares de pessoas entre julho e outubro, e culminou com o afastamento do presidente Collor.

1993

6.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 24 À 28 DE AGOSTO DE 1993



Ao completar 10 anos de existência a CUT realizou esta plenária em São Paulo com a presença de 349 delegados. As principais resoluções foram a participação ativa na "Campanha contra a Fome e a Miséria", a confirmação da participação da CUT nas Câmaras Setoriais, o combate à revisão constitucional e a aprovação da cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias de direção da Central.

MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A REVISÃO CONSTITUCIONAL -SETEMBRO - NOVEMBRO DE 1993

Movimento contra a reforma constitucional da carta de 1988 organizado pela CUT, partidos políticos, movimentos sociais e outras centrais sindicais. Ocorreram uma série de manifestações durante todo este período com dia nacional de luta, ocupação de Brasília, plebiscito nacional e atos públicos em várias localidades.

- **1994**

DIA NACIONAL DE PROTESTO CONTRA O PLANO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (FHC) - 23 DE MARÇO 1994

Atendendo à convocação da Direção Nacional da CUT, milhares de trabalhadores vão às ruas protestar contra mais um arrocho salarial provocado pelo plano de estabilização econômica do governo Itamar Franco e do seu ministro Fernando Henrique Cardoso (FHC), que instituiu a Unidade Real de Valor (URV). Em São Paulo, a greve dos condutores, carreatas e bloqueio de rodovia deram o tom das manifestações. Por todo o país o panorama foi o mesmo, com dezenas de categorias realizando greves.

JORNADA NACIONAL DE LUTA - ABRIL - MAIO DE 1994

Este foi um período de intensa agitação contra o plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso, contra as privatizações e a revisão constitucional. Os servidores públicos federais fizeram greve no mês de abril. No dia 11 de maio aconteceu um dia nacional de luta em defesa das reivindicações, com manifestações em todo o país. A CUT, a CONTAG, o MST e outros movimentos sociais organizaram, em maio, o 1º Grito da Terra Brasil contra a fome, a miséria, pelo emprego e reforma agrária.

5.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 19 À 22 DE MAIO 1994

Participaram do congresso, em São Paulo, 1.918 delegados que aprovaram a luta pela recuperação dos salários, pela redução da jornada de trabalho, por moradia, saúde e emprego dignos, reforma agrária e por um novo modelo econômico para o Brasil. O congresso também



priorizou as lutas nas questões de gênero e anti-racial. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, metalúrgico de São Bernardo do Campo, foi eleito presidente da CUT pela primeira vez.

- **1995**

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DA CIDADANIA CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE FHC - MARÇO - MAIO DE 1995

A campanha teve como principal eixo a defesa da Previdência Pública e permitiu levar a resistência sindical e popular às reformas neoliberais para um patamar mais avançado. Nos dias 05 e 27 de abril aconteceram manifestações em todo o Brasil que contribuíram para o desgaste do governo. O dia 1º de Maio também serviu para reforçar a insatisfação popular contra as reformas neoliberais. No dia 03 de Maio teve início a greve de vários trabalhadores do setor público e das estatais em busca da recuperação das perdas salariais e também contra as reformas do governo. Pararam as atividades perto de 200 mil trabalhadores, ficando marcante no período a greve nacional dos petroleiros, com duração de 32 dias, e que foi a principal luta de resistência à política de privatizações do Estado em setores estratégicos e que estava sendo promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

7.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - ZUMBI DOS PALMARES 30 DE AGOSTO À 02 DE SETEMBRO 1995

Nesta plenária, a CUT e os 369 delegados homenagearam o líder negro Zumbi, que viveu no século XVII e comandou a resistência à escravidão no nordeste brasileiro. Foi aprovada uma ampla jornada de mobilizações e lutas em defesa das reivindicações. Uma das principais resoluções da plenária, realizada em São Paulo, tratou do tema Sistema Democrático de Relações do Trabalho (SDRT). Um momento importante foi o ato solene de filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) à CUT.

- **1996**

GREVE GERAL - 21 DE JUNHO 1996

A greve geral deflagrada no dia 21 de junho, com sucesso, em todo o país, abriu o caminho para a realização de novas mobilizações contra as políticas neoliberais do governo FHC. O movimento foi organizado pela CUT, Força Sindical e CGT e tinha como principais reivindicações emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. A decisiva participação popular à greve, que contou com a participação de cerca de 12 milhões de trabalhadores em todo o país, mostrou uma forte indignação com as políticas econômicas e sociais do governo.



8.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - CANUDOS 29 À 30 DE AGOSTO 1996

Esta plenária homenageou Canudos, movimento popular que aconteceu no Nordeste brasileiro nos últimos anos do século XIX e que foi dizimado pelo governo republicano, havendo milhares de mortos. Os 371 participantes reunidos em São Paulo, discutiram e aprovaram a realização da campanha "Reage Brasil - Contra as Políticas Neoliberais de FHC" em conjunto com outros movimentos sociais. Como referência dessa caminhada em defesa dos direitos sociais, a CUT apresentou aos demais setores organizados da sociedade a proposta de realização de uma Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania.

- **1997**

CAMPANHA REAGE BRASIL - CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE FHC - ABRIL - MAIO 1997

Nesse período teve continuidade a Campanha Reage Brasil, aprovada na 8ª Plenária Nacional da CUT, quando ocorreu uma série de mobilizações em todo o país. Entre os dias 2 e 4 de abril foi realizada, em Brasília, a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania, dando origem a um processo que culminou no Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. No dia 17 de abril aconteceu o Dia Nacional de Lutas, marcado com manifestação, paralisações e um grande ato em Brasília com mais de 50 mil pessoas. O 4º Grito da Terra Brasil, organizado pela CUT, CONTAG e outras entidades, também fez parte dessa campanha e teve como principais reivindicações o piso salarial para o trabalhador rural, liberação das aposentadorias, política de assentamentos e desapropriações, política agrícola para os pequenos produtores.

CAMPANHA ABRA O OLHO, BRASIL!!! 25 DE JULHO 1997

Organizado pela CUT, MST, CNBB, UNE, UBES e Partidos Políticos de oposição por terra, trabalho, moradia, salário, previdência pública e justiça social e contra as reformas neoliberais de FHC. Teve seu auge nas comemorações do dia do trabalhador rural, 25 de julho, com atos públicos e passeatas reunindo 70 mil manifestantes em todo o país, sendo que em São Paulo cerca de 15 mil manifestantes fizeram passeata na avenida Paulista.

6.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 13 À 17 DE AGOSTO 1997

Os 2.266 delegados presentes no congresso realizado em São Paulo, decidiram articular a luta contra a aprovação das reformas administrativa e previdenciária, impulsionar a luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Mais uma vez a política econômica e neoliberal do governo FHC foi condenada. O metalúrgico Vicentinho, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi reeleito presidente da Central.



CARAVANA NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES 06 A 12 DE NOVEMBRO DE 1997

Passando por mais de 300 cidades em todo território nacional, a caravana em defesa dos direitos dos trabalhadores, incluindo uma previdência pública de qualidade, terminou em Brasília com uma grande carreata que percorreu vários órgãos do governo, incluindo o Palácio do Planalto e os Ministérios.

ENCONTRO POPULAR CONTRA O NEOLIBERALISMO, POR TERRA, TRABALHO E CIDADANIA - 06 DE DEZEMBRO DE 1997

Convidados pela CUT, entidades populares, partidos políticos de oposição e outros setores organizados da sociedade, quase 4 mil delegados de todos os estados brasileiros participaram deste encontro, em São Paulo, para lutar contra as políticas neoliberais de FHC. Foi aprovado o Manifesto por Trabalho, Terra e Cidadania e as entidades presentes constituíram uma Coordenação Permanente, que será denominada de Fórum Nacional de Luta por Trabalho Terra e Cidadania, que encaminhará as lutas daí por diante.

- **1998**

JORNADA NACIONAL DE LUTAS POR EMPREGO E DIREITOS SOCIAIS MARÇO A SETEMBRO DE 1998

Durante este período, a CUT e as demais entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania concentram seus esforços na luta contra o desemprego. Foram constituídos fóruns estaduais, organizadas caravanas para Brasília, montados acampamentos e também foi criado um sistema para o cadastramento dos desempregados. O auge das manifestações aconteceu no mês de maio: dia 1º houve o lançamento das caravanas, no dia 13 teve início o acampamento organizado pelo movimento negro, em Brasília, e no dia 20 um grande ato público, também no Distrito Federal.

MARATONA NACIONAL CONTRA O PACOTE E PELO EMPREGO - DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1998

A Maratona Contra o Pacote e pelo Emprego foi convocada pela CUT e demais entidades do Fórum Nacional de Luta (FNL) em repúdio ao Pacote Fiscal do governo que retirava direitos e em defesa do emprego e dos trabalhadores. Foram organizadas várias atividades em todo o Brasil, como atos públicos, passeatas, reuniões e panfletagens.



- **1999**

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO BRASIL - 26 DE MARÇO DE 1999

O Dia Nacional de Luta organizado pela CUT em conjunto com as demais entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania contra a política econômica de FHC, reuniu mais de 100 mil pessoas em manifestações em todo o território nacional. As reivindicações "Basta de FHC e do FMI", "Em defesa do Emprego", "Em defesa dos salários e pela valorização do salário-mínimo", "Em defesa da Terra, pela efetiva Reforma Agrária" foram reafirmadas como mobilizadoras para convocação do 1º de Maio em todo o país.

9.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - SANTO DIAS 17 À 20 DE AGOSTO DE 1999

A 9.ª Plenária nacional da CUT homenageou o metalúrgico Santo Dias, assassinado por um policial durante uma greve, em São Paulo, em 1979. Os 454 delegados reunidos em São Paulo aprovaram a organização e o empenho da CUT em uma série de mobilizações previstas para o segundo semestre, entre elas a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, a mobilização contra a guerra fiscal, um dia nacional de paralisação em outubro e o repúdio à implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

26 DE AGOSTO 1999 - MARCHA DOS 100 MIL SOBRE BRASÍLIA

A chamada Marcha dos Cem Mil conseguiu sacudir a população brasileira e mostrar ao governo que era preciso mudar, na medida que foi a principal manifestação contra a política de FHC. A CUT e as entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania se fortaleceram ao entregar ao presidente das Câmara dos Deputados um abaixo-assinado com 1 milhão e 300 mil assinaturas exigindo o enquadramento do presidente da república em crime de responsabilidade e a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar a privatização do Sistema Telebrás. Também era exigida a mudança da política econômica com a retomada do crescimento, mais empregos e melhores salários, a redução da jornada para 40 horas semanais e a reforma agrária.

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO E PROTESTO EM DEFESA DO EMPREGO E DO BRASIL 10 DE NOVEMBRO 1999

Contra FHC e sua política econômica, emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, saúde e educação de qualidade, reforma agrária, aposentadoria integral à todos, investimento nas áreas sociais e pelo não pagamento da dívida externa foram as principais reivindicações. O movimento contou com mais de 1,5 milhões de trabalhadores



envolvidos e atos promovidos pela CUT e pelas demais entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania em todo o país.

- **2000**

JORNADA EM DEFESA DO BRASIL ABRIL DE 2000

A CUT e as demais entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania desencadearam esta jornada exigindo a suspensão do pagamento da dívida externa e do seus juros; a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário; reforma agrária e política agrícola, aumento geral dos salários e do salário-mínimo; defesa dos direitos dos trabalhadores; fortalecimento e expansão das redes públicas de saúde e do ensino e a construção de casas populares. A primeira etapa da jornada culminou com a realização de grandes atos de 1º de Maio, tendo como referência nacional o Ato no histórico Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.

7.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT 15 À 19 DE AGOSTO 2000

Realizado em Serra Negra - SP com a presença de 2.309 delegados que aprovaram resoluções contra a precarização do trabalho, a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, contra o banco de horas e as horas-extras. Novamente a política neoliberal do governo FHC foi duramente condenada. O professor João Antonio Felício, de São Paulo, foi eleito ao final do congresso o novo presidente da CUT.

- **2001**

MARCHA À BRASÍLIA PELA INSTALAÇÃO DA CPI DA CORRUPÇÃO, PAGAMENTO DOS EXPURGOS DO FGTS, REAJUSTE SALARIAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS - 05 DE ABRIL 2001

No dia 05 de abril mais de 20 mil pessoas protestaram em Brasília pela instalação da CPI da Corrupção e também por outras reivindicações, como o pagamento imediato e sem desconto da correção das constas expurgadas do FGTS e por reajustes salariais aos servidores públicos que estavam há sete anos com os salários congelados. A mobilização foi organizada pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e cidadania, que reunia a CUT, entidades populares, partidos políticos de oposição e outros setores organizados da sociedade civil.

MARCHA À BRASÍLIA "UMA LUZ PARA O BRASIL - CONTRA O APAGÃO E A CORRUPÇÃO" - 27 DE JUNHO 2001



A Marcha à Brasília organizada pela CUT e demais entidades do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania tinha como os eixos de mobilização as palavras de ordem "Xô Corrupção, Chega de Privatização e de FHC". Mais de 60 mil pessoas fizeram passeata e ocuparam a Esplanada dos Ministérios exigindo o fim do apagão, política de racionamento de energia devido a falta de investimentos, e da corrupção. Mais uma vez a política econômica de FHC foi denunciada como a verdadeira causadora da crise social.

- **2002**

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REDUÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES - 21 DE MARÇO 2002

Contra as reformas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu artigo 618, propostas por FHC, e que retirava direitos dos trabalhadores, ocorreram paralisações, manifestações e passeatas em todo o país, envolvendo diversas categorias profissionais. Todas essas mobilizações conseguiram impor uma derrota no governo, no seu ministro do trabalho e na Força Sindical, que defendia a flexibilização na legislação trabalhista.

10.ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 08 À 11 DE MAIO 2002

Os 414 delegados reunidos em São Paulo discutiram e aprovaram temas relativos à estrutura sindical, as políticas permanentes da Central, questões estatutárias e reafirmaram o compromisso da CUT com os interesses históricos da classe trabalhadora conclamando a nação brasileira a votar em Lula - Presidente.

- **2003**

8.º CONGRESSO NACIONAL DA CUT - 03 À 07 DE JUNHO DE 2003

Realizado em São Paulo com a presença de 2.712 delegados, de todo o país, que definiram a estratégia da CUT frente ao novo governo democrático popular. As principais resoluções foram a defesa de uma reforma da previdência que amplie os direitos dos trabalhadores, contra a ALCA e a defesa de uma integração que atenda aos interesses dos trabalhadores e pelas reformas agrária e agrícola. Pela primeira vez em sua história, a CUT contou no seu congresso com a presença de um presidente da república, o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, eleito com o apoio da CUT no final de 2002. O Congresso elegeu o metalúrgico Luiz Marinho, de São Bernardo do Campo, o novo presidente da CUT.



- **2006**

9º CONGRESSO NACIONAL DA CUT – 09 DE JUNHO DE 2006

Realizado em São Paulo com a presença de 2.700 delegados de todo o país, que aprovaram estratégias da CUT para o próximo período, bem como o apoio a reeleição do presidente Lula. Algumas das principais bandeiras de luta aprovadas foram: a aprovação de uma Reforma Sindical Democrática e pela liberdade e autonomia sindical; fortalecimento das campanhas salariais unificadas; por um projeto de desenvolvimento nacional e sustentável da economia com geração de empregos e renda entre outras. O Congresso elegeu o sociólogo e eletricitário, Artur Henrique da Silva Santos, para comandar a CUT Nacional até 2009.

- **2008**

DIA NACIONAL DE LUTAS E MOBILIZAÇÕES - 28 DE MAIO DE 2008

O Dia Nacional de Lutas envolveu milhares de pessoas em paralisações, manifestações e panfletagens em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salários e da ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, enviadas pelo governo Lula ao Congresso Nacional. A Convenção 151 trata da organização sindical e do processo de negociação dos trabalhadores no serviço público e a Convenção 158 trata da garantia do emprego contra a demissão imotivada. No dia 03 de junho aproximadamente mil dirigentes da CUT e das demais centrais sindicais entregaram no Congresso Nacional mais de 1,5 milhões de assinaturas em apoio ao projeto de redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

- **2009**

ATO UNIFICADO CONTRA A CRISE E AS DEMISSÕES - 30 DE MARÇO DE 2009

Neste dia, as centrais sindicais e os movimentos sociais organizaram um Ato Unificado contra a crise e as demissões. Não às demissões! Pela ratificação da Convenção 158 da OIT! Redução dos juros! Redução da jornada sem redução de salários e direitos! Reforma Agrária já! Por saúde, educação e moradia! Em defesa dos serviços e servidores públicos! Solidariedade ao povo palestino! Ocorreram protestos em muitas cidades importantes do país. Durante as manifestações, os trabalhadores afirmaram que não pagarão pela crise do capital financeiro internacional.



- **2012**

JORNADA NACIONAL DE LUTAS - FEVEREIRO E MARÇO de 2012

A Jornada Nacional de Lutas, aprovada pela Executiva Nacional da CUT, teve como objetivo denunciar e combater o aprofundamento da crise internacional, os limites da atual política macroeconômica do governo brasileiro e a pauta do atraso defendida por amplos setores do empresariado, da velha mídia e do Congresso Nacional. Avaliou que a redução do crescimento do PIB em 2011 para 2,7%, foi resultado de uma política de aumento de juros, restrição ao crédito, arrocho salarial e corte nos investimentos, levando ao aumento do desemprego, da desindustrialização, da desnacionalização. Isso tudo reforçou a necessidade de construir amplas mobilizações, tendo como principais bandeira: a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o combate à precarização e à terceirização, a defesa do protagonismo do Estado e o fortalecimento do mercado interno, o fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias, o cumprimento do piso nacional da educação e 10% do PIB para o ensino público, o combate ao trabalho escravo e a liberdade e a autonomia sindical. A jornada teve início com um ato em São Paulo, no dia 06 de fevereiro, contra a privatização dos aeroportos, em defesa da soberania nacional e do patrimônio público.

- **2014**

8º MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA - 9 DE ABRIL DE 2014

O ato unitário organizado pela CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, Nova Central Sindical e UGT objetivou chamar a atenção para reivindicações que o movimento sindical considera pendências a serem atendidas pelos Executivo e Legislativo: redução da jornada para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, a correção da tabela do Imposto de Renda, o arquivamento do Projeto de Lei 4.330, que trata da terceirização. Também defendeu a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Mais de 40 mil trabalhadores e trabalhadoras vindos de todo o país marcharam pelas ruas da cidade de São Paulo em defesa da pauta trabalhista.

- **2015**

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A PERDA DE DIREITOS E EM DEFESA DO EMPREGO – 28 DE JANEIRO

A CUT e as demais centrais sindicais organizaram atos nas ruas de todo o país em defesa dos direitos e do emprego e contra o pacote fiscal anunciado pelo governo federal no início de 2015. No ato unificado da capital paulista, mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras lotaram



a Avenida Paulista para cobrar do governo federal a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que mudaram as regras de acesso a direitos como: o seguro-desemprego, abono salarial, auxílio-doença e o seguro-defeso. Também questionaram os rumos da política econômica adotados pelo Ministério da Fazenda, que segundo os sindicalistas, levarão o país à recessão.

DIA NACIONAL DE LUTA – 13 DE MARÇO

Neste Dia Nacional de Luta, convocado pela Central Única dos Trabalhadores, com o apoio de outras Centrais Sindicais e dos movimentos sociais e populares, mais de 200 mil trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas e realizaram atos em várias cidades do país. Na cidade de São Paulo, cerca de 100 mil pessoas protestaram na Avenida Paulista. A pauta da classe trabalhadora foi em defesa dos direitos trabalhistas, da Petrobrás, da democracia e da Reforma Política. A CUT destacou a importância da Petrobrás e não permitirá sua entrega ao capital estrangeiro. Os trabalhadores se posicionaram contra as Medidas Provisórias (664 e 665) que restringem o acesso ao seguro desemprego, ao abono salarial, a pensão por morte e auxílio-doença. Defenderam a manutenção da Caixa Econômica Federal 100% pública. Também foram contra o PL 4.330 que libera a terceirização ilimitada para as empresas, aumentando o subemprego, reduzindo os salários e colocando em risco a vida dos trabalhadores. Os trabalhadores também exigiram uma Reforma Política, porém sem um golpe à democracia, com o fim do financiamento privado das campanhas eleitorais.

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA – 07 DE ABRIL

Neste Dia Nacional de Luta, a CUT, a CTB, o MST, a UNE, o MAB, a CMP e dezenas de movimentos populares do campo e da cidade realizaram manifestações em todo o Brasil para protestar contra a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4.330, que libera a terceirização para todas as atividades das empresas. Os atos também foram em defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores, da Petrobrás, das reformas política, agrária e da comunicação e contra a corrupção. Sindicalistas de vários estados ocuparam o Congresso Nacional, na tentativa de impedir a aprovação do Projeto de Lei. Esta manifestação enfrentou a repressão e a violência das tropas policiais, requisitadas pelo Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, provocando ferimentos em vários trabalhadores.

1º DE MAIO DE 2015

A CUT baseou os atos de 1º de Maio, de todo o país, em três eixos - “Direitos, Democracia e Combate à corrupção”: Não ao PL 4330, que amplia a terceirização para todos os setores da empresa e rebaixa salários, direitos e conquistas, e às Medidas Provisórias que dificultam o acesso ao abono salarial, seguro-desemprego e auxílio-doença; aprofundar a democracia com reforma política através de uma Constituinte; combater a corrupção acabando com o



financiamento empresarial de campanhas eleitorais e defender a Petrobras. Milhares de trabalhadores saíram às ruas em todo o país e celebraram o 1º de maio numa conjuntura bem diferente dos últimos anos, desta vez, com a classe trabalhadora sob ataques sem precedentes aos direitos trabalhistas. O 1º de Maio fez parte de uma agenda de mobilizações e conclamou os trabalhadores a luta, mostrando que não tem outra saída a não ser defender de maneira unificada seus direitos.

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO – 29 DE MAIO

Esse Dia Nacional de Paralisação foi promovido pela CUT, outras centrais sindicais e entidades dos movimentos sociais em defesa dos direitos trabalhistas, pela derrubada do projeto de terceirização aprovado pela Câmara e das Medidas Provisórias (664 e 665) que restringem o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, a pensão por morte e auxílio-doença. Também foi contra os cortes de investimentos por parte do governo federal, defendendo a modificação das regras do fator previdenciário, estabelecendo o cálculo chamado de 85/95 para a aposentadoria, aprovada pelos deputados e senadores; pela revisão das medidas antipopulares presentes na “reforma política” engendrada por setores reacionários do Congresso Nacional e por mais democracia. Em várias regiões metropolitanas, como em muitos outros centros urbanos, as mobilizações e interrupções de atividades produziram efeitos: paralisação de transporte, bancos, fábricas, escolas e interdições de trechos de estradas.

DIA NACIONAL DE LUTA POR DIREITOS, LIBERDADE E DEMOCRACIA. CONTRA A DIREITA E O AJUSTE FISCAL – 20 DE AGOSTO DE 2015

A CUT e os diversos movimentos sociais foram às ruas em todo o país contra o golpe, pela democracia, pelo combate à retirada de direitos proposta pelo Congresso Nacional, pela mudança da política econômica e por saídas populares para a crise. Os atos ocorridos também tiveram como objetivo transmitir uma mensagem de paz contra a intolerância e o ódio propagados pelas manifestações da direita, que vinham expressando o seu conservadorismo radical com ataques à democracia e a proposta de impeachment da presidenta Dilma.



FETAMCE: um novo jeito de fazer a história

A gênese do movimento de organização dos servidores públicos municipais no interior do Ceará foi a APROMICE. De 1986 em diante, se pavimentou um trajeto inovador e dinamizador de processos sociais e sindicais pulsantes e responsáveis por profundas transformações na qualidade de vida dos municípios e na melhoria da qualidade do trabalho para os (as) trabalhadores (as) do serviço público municipal.

A FETAMCE recebeu um legado da APROMICE. Legado que foi defendido, fortalecido e ampliado. Hoje, a FETAMCE é uma grande Federação presente em quase todo o Ceará, defendendo os direitos, organizando os trabalhadores e fazendo as conquistas serem registradas nas páginas da história. Vejamos na cronologia os principais eventos, fatos e acontecimentos vivenciados.

- **1990**

A FETAMCE no início de sua organização foi dirigida por servidores da capital e alguns do interior cearense. Sua fundação acontece em 28 de abril de 1990, na sede do Sindicato dos Servidores Públicos de Fortaleza, na cidade de Fortaleza/CE. Estiveram presentes os sindicatos de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú, Aracoiaba, Crato, Campos Sales, Icó. Participaram também a Associação da Guarda Municipal de Fortaleza e a Associação dos servidores da EMLURB. Poucos dados relevantes foram encontrados até 1994. Filiada à CSPB- Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e a Força Sindical.

- **1995**

Ocorreu o 1º. CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ - FETAMCE, nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro, de 1995, no Centro Social Urbano Presidente Médici, comparecendo a este evento os seguintes municípios e suas representações: Cariús, Aracoiaba, Crato, Paracuru, Fortaleza, Acopiara, Várzea Alegre, Maracanaú, Canindé, Ocara, Pacotí, Itapipoca, Quixadá, Juazeiro do Norte, Ipueiras. Foi feita uma recomposição da diretoria, pois o presidente havia falecido. Na ocasião o grupo cutista indicou 3 nomes na composição: Maria das Graças Costa-Quixadá, Sebastiana Rodrigues Faustino-Itapipoca e Jesonita Leonardo-Cariús. O 1º. Congresso analisou a conjuntura nacional e aprovou um plano de ação para orientar a organização e luta nos municípios. Na época o avanço tecnológico e a abertura da economia brasileira geravam desemprego e desesperanças. Os bancos fechavam agências e a terceirização tomava o lugar do trabalhador no serviço



público. Felizmente contra tudo isso havia também resistências. As mobilizações proliferaram por todo o país através dos aposentados, estudantes, servidores públicos, professores e operários. No âmbito do Serviço Público foram muitos os desafios analisados cabendo destaque a política de reforma administrativa do Governo Federal (FHC), a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios e outras fontes de recursos do município, privatização de empresas pública e atentados contra a aposentadoria. Estava em curso o projeto do neoliberalismo no Brasil que afetava sobremaneira os municípios. Dentre as diversas propostas, o 1º Congresso aprovou a oposição firme e conseqüente ao projeto Neoliberal, combate ao desemprego através da redução da jornada de trabalho e um plano de obras públicas para a construção de casas, hospitais, etc., contra a privatização dos serviços públicos e das estatais, filiação da FETAMCE à CUT, criação do piso salarial dos servidores municipais, pagamentos dos vencimentos até o ultimo dia útil do mês corrente, negociação de um plano para repor as perdas salariais, garantia do vale transporte para todos os servidores que requerem tal benefício, sem condições restritivas, garantir o vale refeição (ou vale alimentação) para todos os servidores municipais, criação do PMCC (plano de cargos e carreiras) em todas as prefeituras do Estado do Ceará, ingresso do servidor público somente através do concurso público, liberação dos servidores municipais para participarem de congressos, encontros e assembléias gerais da categoria. Deliberou ainda a realização do 2º Congresso da entidade em 1996 para eleição da nova direção. O grupo de Sindicatos Cutistas tomou a decisão de conquistar a Federação. Dessa decisão, o crescimento da organização, política e estrutural, passou a ser perseguido e no congresso chegou com cinquenta por cento, mais um de delegados.

- **1996 a 1999**

Neste período a FETAMCE adotou a sistemática de realizar Congressos Estaduais a cada três anos. O 2º CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ ocorreu nos dias 06 e 07 de julho de 1996, no Centro Social Urbano Presidente Médici, com o Tema “Reconstruir e Lutar”. Compareceram os municípios e suas representações de Fortaleza, Paracuru, Itapiúna, Redenção, Tabuleiro do Norte, Ocara, Pacotí, Senador Pompeu, Várzea Alegre, Cariús, Aracoiaba, Itapipoca, Quixadá, Banabuiú, Ibaretama, Choró Limão, Irapuan Pinheiro e Iguatu. O segundo congresso da FETAMCE discutiu e deliberou sobre análise da conjuntura dos servidores municipais, balanço da FETAMCE e plano de lutas. Também se aprovou a Prestação de contas da Federação e foi realizada a eleição e posse da diretoria para o próximo período. Estiveram presentes entidades como a CUT-CE, o MOVA-SE, a ONG ATUAR, o Sindicato dos Bancários e o SIMPRECE. O professor da UECE e Economista José Teixeira enfatizou a conjuntura econômica abordando sobre a lógica do Plano Real.



O 2º. Congresso também tratou sobre a conjuntura dos servidores públicos municipais do Estado do Ceará. Foi neste 2º. Congresso que ficou evidenciado as divergências entre a direção vigente e segmentos da base sindical. Foram apresentadas duas teses: “Pra fazer acontecer” e “Reconstruir e lutar”. A chapa “Pra fazer acontecer” representava o segmento oriundo da APROMICE. A chapa “Pra fazer acontecer” ganhou por apenas 1 voto de diferença, mas o presidente da mesa e presidente da federação votou duas vezes, como delegado e como presidente da mesa. Em clima de muita confusão o congresso foi suspenso por duas horas. Depois de muita conversa celebrou-se um acordo. A chapa encabeçada por Graça Costa abriu mão da presidência e ficou com a tesouraria e a maioria dos cargos. Nesse ambiente coube a habilidade de negociação dos dirigentes a tarefa de construir uma Direção Unificada. Assim o grupo originário da APROMICE iniciava sua saga de reconstrução da FETAMCE. Seguindo a história procedeu-se a desfiliação da Fetamce da Força Sindical e CSPB e também alguns sindicatos, fazendo a filiação à CUT.

- **1999 a 2002**

Ocorreu neste período o 3º Congresso, nos dias 24 e 25 de julho de 1999, no Dolomiten Park – município de Caucaia na Praia do Cumbuco, comparecendo a este evento os municípios e suas representações de Aquiraz, Barreira, Baturité, Canindé, Cariús, Crato, Euzébio, Farias Brito, Itapiúna, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Ocara, Pacotí, Quixadá, Tabuleiro do Norte, Várzea Alegre, Fortaleza, no total de 103 participantes. O 3º. Congresso teve 03 painéis de debates, tendo o primeiro abordado a Conjuntura Internacional, Nacional, Estadual e a Situação do Servidor Público com exposições de Jocélio Drumond da Internacional dos Serviços Públicos, Carlos Henrique da FETAM SP/CUT, Graça Costa da FETAMCE e Francisca Valdez de Albuquerque do MOVA-SE. O segundo painel abordou a questão da Estrutura e organização sindical tendo como expositores os Srs. Ulisses Moreira, Tesoureiro da CUT-CE; Roxigério Tertuliano, Secretário de Políticas Sociais da CUT/CE; Jocélio Drumnod da ISP. O último painel aprofundou o tema sobre o FUNDEF e os TRABALHADORES com a participação do Deputado Artur Bruno PT/CE no qual foram feitos esclarecimentos sobre o fundo, sua aplicação e interação com os trabalhadores da educação. E uma informação sobre a CPI instalada na Assembleia Legislativa sendo o mesmo relator. O 3º Congresso deliberou um conjunto de ações: Campanha por reajuste salarial; Cumprimento da Lei do FUNDEF; Apoio da educação infantil no FUNDEF; Elaboração de planos e cargos e carreira com a participação dos servidores; Luta por concurso público; Fortalecimento e participação nos conselhos municipais; Luta para que o menor salário pago seja o mínimo; Acompanhar o processo das reformas Constitucionais; Regionalização da FATEMCE; Unificação e criação dos sindicatos regionais; Implantação de políticas de formação; Criação de política de comunicação interna e externa; Constituir uma assessoria jurídica; Funcionamento de política financeira com transparência e participação;



Calendário de visitas aos municípios; Criação do fundo de solidariedade; Publicação da cartilha do FUNDEF; Desenvolver estratégias de negociação com a APRECE e AMECE; Funcionamento de Fóruns Regionais; Constituir um grupo de trabalho para apresentar proposta de funcionamento dos Fóruns Regionais; Refletir sobre a ampliação da base para os servidores estaduais. Aconteceu também o debate sobre mudança estatutária que foi aprovada passando o nome da Federação para: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO E DO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (FETAMCE-CE), além da desfiliação a CSBP e CLATE, sendo aprovada por unanimidade a desfiliação. Neste Congresso a FETAMCE se filiou a Internacional de Serviços Públicos (ISP) iniciando uma nova etapa de relacionamento e articulação mundial com outros segmentos do Serviço Público. O processo eleitoral teve apenas uma Chapa para a Direção Estadual, pois o grupo de Fortaleza se retirou no início do congresso por não aceitar ser minoria. Também se aprovou neste 3º. Congresso que a sede da FETAMCE passaria a ser em Quixadá. Finalmente os desbravadores da APROMICE assumem a direção da FETAMCE passando a partir deste momento a conduzir os rumos da instituição e determinando o futuro presente.

- **2002 a 2005**

Acontece o 4º CONGRESSO, nos dias 26 a 28 de julho de 2002, no Espaço Imaculada Rainha do Sertão na Serra do Urucum no município de Quixadá com o tema “Organizar para o Bem Viver – Um compromisso de todos os trabalhadores”, comparecendo a este evento os seguintes municípios e suas representações: Acopiara, Araripe, Aquiraz, Barreira, Acarape, Caucaia, Cariús, Canindé, Crato, Icapui, Chorozinho, Farias Brito, Ipaumirim, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Ocara, Pique Carneiro, Quixadá, Ibaretama, Banabuiú, Choro, Ibicuitinga, Redenção, Trairi, Várzea Alegre, totalizando 142 pessoas. O 4º. Congresso aprofundou temas como “Análise da Conjuntura Estadual, Nacional e Internacional”, “Políticas Sindicais Permanentes”, “Estrutura sindical e relação de Trabalho”, “Reformulação do Estatuto”, “Plano de Lutas”, “Balanço da FETAMCE”, “Prestação de contas da Gestão” e “Eleição e posse da nova diretoria”. O Congresso também possibilitou a capacitação dos dirigentes sobre “Os desafios da educação após o FUNDEF” e “Regime próprio de previdência”. Neste congresso foi realizada a eleição da nova gestão reconduzindo Graça Costa para a Presidência. Neste período a FETAMCE realizou o 1º. Seminário Nacional Preparatório para a Campanha Salarial de 2003 e programou uma agenda de atividades e eventos tais como: Mobilizações pela aprovação da PL 6.141/02; Seminário do Cone Sul e Brasil; Campanha de Igualdade de Remuneração; Ato de Apoio à Colômbia; 1º Ato da CONFETAM em SP, 2º Ato em Belo Horizonte e 3º Ato em Salvador; Participação no Curso de Formação e Igualdade de Remuneração Norte e Nordeste; Capacitação no Setor da Saúde; Seminário de Raça em SP; 1º Conferência de Mulheres em Brasília; Campanha de Violação dos Direitos Sindicais no Estado do Ceará; Elaboração do



projeto nacional de negociação coletiva e direito de greve; Projeto Nacional de Jovens, Raça e GLBT; Campanhas salariais nos anos de 2003, 2004 E 2005 unificando todos os Sindicatos municipais.

- **2005 a 2008**

Realizou-se 5º. Congresso da FETAMCE e a comemoração dos 15 anos da Construção de um Serviço Público de Qualidade, nos dias 15, 16 e 17 de julho de 2005, no SESC Iparana, Caucaia – CE, contando com a presença dos seguintes municípios: Antonina do Norte, Saboeiro, Amontada, Mucambo, Meruoca, Itapajé, Ipaumirim, Pentecostes, Aracoiaba, Farias Brito, Redenção, Barreira, Acarape, Aratuba, Baturité, Itapiúna, Mulungu, Maracanaú, Icapui, Sobral, Bela Cruz, Jaguaribara, Guaraciaba do Norte, Potiretama, Crateús, Moraújo, Quixelô, Cariús, Orós, Acopiara, Tianguá, Itapipoca, Quixeramobim, Madalena, Canindé, Pique Carneiro, Várzea Alegre, Tabuleiro do Norte, Caucaia, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Irauçuba, Aquiraz, Ocara, Santana do Acaraú, Beberibe, Ibiapina, Horizonte, São Luís do Curú, Pentecostes, Trairi, Mombaça, Senador Pompeu, Quixadá, Ibaretama, Banabuiú, Choró, Ibicuitinga, Salitre, Araripe, Campos Sales, Caririáçu e Crato. Neste período a FETAMCE revelou um crescimento significativo com a participação de 81 sindicatos filiados representando 89 municípios em seu 5º. Congresso. Temas como “Conjuntura Internacional, Nacional e Estadual”, “Políticas sociais de inclusão e o impacto nos municípios”, “a FETAMCE e sua atuação no Brasil” marcaram esta etapa da história. A FETAMCE realizou neste período histórico diversas atividades que robusteceram a sua estrutura e sua legitimidade social, cabendo destaque: Cursos de Negociação e Finanças Públicas; Campanha Serviço Público de Qualidade; Denúncias para a CPI do Desmonte; Marcha da Educação em Brasília; participação na 3ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador; Seminário Nacional da Juventude Cutista; Lançamento da Campanha pelo Pagamento do Salário Mínimo; Seminário sobre Liberdade Sindical em parceria com a OAB; Levantamento de divulgação de das violações de direitos. Neste ciclo histórico a FETAMCE investiu fortemente num processo de formação de suas lideranças de base e criação das suas Regionais, com a realização de cursos e oficinas de capacitação descentralizadas em regiões do Ceará: região de Iguatu, região de Crateús, região de Sobral, região de Jaguaribe, região do Cariri, região do Sertão Central, região do Maciço de Baturité e região metropolitana de Fortaleza.

- **2008 a 2010**

Ocorre o 6º. Congresso da FATEMCE nos dias 30 e 31 de maio e 01 de junho no SESC Iparana em Caucaia – CE, participando deste evento os seguintes os municípios de Icapui, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Potiretama, Tabuleiro do Norte, Aratuba, Barreira, Acarapé, Baturité, Mulungu, Ocara, Redenção, Araripe, Campos Sales, Salitre, Várzea Alegre, Crateús, Ipueiras,



Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Poranga, Tamboril, Carnaubal, Jaguaribara, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Mucambo, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Antonina do Norte, Saboeiro, Ipumirim, Piquet Carneiro, Catarina, Dep. Irapuan Pinheiro, Milhã, Orós, Quixelô, Solonopoles, Acaraú, Apuiaries, Itapajé, Itapipoca, Tururu, Uruburetama, Miraíma, Pentecostes, São Luís do Curú, Trairi, Umirim, Aquiraz, Beberibe, Cascavel, Caucaia, Eusébio, Maracanaú, Coreaú, Forquilha, Irauçuba, Martinópolis, Massapê, Pacujá, Sobral, Varjota, Canindé, Paramoti, Quixadá, Ibaretama, Ibicuitinga, Choro, Banabuiú, Quixeramobim, Senador Pompeu. O 6º Congresso contou com a participação de 210 delegados que vivenciaram momentos alegres, reflexivos e de confirmação dos avanços e desafios. Com maturidade, compromisso e democracia a direção da FETAMCE conduziu o 6º Congresso possibilitando a livre manifestação de opiniões, debates aprofundados acerca de temas de interesse geral da categoria, construção compartilhada de deliberações e a eleição democrática da nova direção da federação. As resoluções fruto deste processo coletivo de construção do fortalecimento sindical configuraram-se em diretrizes que nortearam o cotidiano das lutas nos diversos municípios do Estado do Ceará, assim como conduzir a conduta política da nova gestão da entidade. O 6º Congresso foi um momento histórico para a FETAMCE revelando a vitalidade e o nível organizacional dos servidores e servidoras municipais, mas, sobretudo confirmando o caráter emancipatório, revolucionário, libertário e democrático das lutas. Temas como “Direito a Organização e Negociação Coletiva no Serviço Público Municipal”, “Plano de Lutas e Políticas Permanentes” e “Balanço Político e Organizativo da atual Gestão” assinalaram as prioridades do momento histórico. Neste período, o Brasil passava por profundas transformações delineadas pelos avanços e conquistas obtidas na esfera do governo do Presidente Lula e ao mesmo tempo destacando o descumprimento por parte de inúmeras prefeituras dos direitos constitucionais da categoria. Foi neste percurso histórico que experiências inovadoras e propositivas afloraram, a exemplo de Quixadá onde a administração instalou Mesa de Negociação e iniciou uma parceria com o sindicato para elaborar um novo plano de cargos, carreira e salários visando à melhoria salarial e a consolidação de um serviço público de qualidade.

Neste período a FETAMCE adotou um conjunto de iniciativas de fortalecimento da sua Comunicação Sindical através da criação de um site institucional e produção de publicações importantes em parcerias com a CONFETAM, CUT e ISP. A FETAMCE também iniciou a realização de Campanhas de Mobilização Social como: “Basta de Violações”; “Conexão Jovem”; “Ninguém Nasce Racista”; “Macha Municipal dos Trabalhadores” e as Campanhas Salariais de 2009 e 2010. Foi neste período que a FETAMCE realizou o seu 1º COLOQUIO com o Tema “Contribuição para o Brasil e o Ceará Justo, Solidário e Sustentável a partir do serviço público.”. O 1º Colóquio da FETAMCE foi realizado nos dias 02 e 03 Setembro de 2010 no Condômino



Espiritual Uirapuru – CEU, colaborando com o esforço nacional da CONFETAM e CUT em influenciar na agenda eleitoral, notadamente apresentando propostas para os Programas de Governo e as Pautas do Poder Legislativo para as eleições de 2010, momento impar para a escolha da Presidência da República, Governos Estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas nos Estados.

- **2011 a 2015**

A Campanha Salarial 2011 tinha como principais demandas: ganho real do salário; regulamentação da negociação coletiva; plano de cargos e carreiras; reajuste do piso do magistério; realização de concursos públicos; implantação da mesa do SUS/SUAS; e a construção do orçamento participativo. Um dos pontos mais urgentes naquele ano era o reajuste do piso do magistério, depois da criação da Lei Nacional do Piso dos Professores.

A Subseção do DIEESE foi Instalada na Fetamce em 2011. A subseção aprofunda as demandas de pesquisa, estudos e análises. Destaca-se a pesquisa sobre a situação das mulheres no serviço público municipal do Ceará e a sistematização da campanha salarial. Poucas instituições sindicais têm produzido tanto conhecimento especializado quanto a Fetamce.

Na segunda marcha dos servidores públicos municipais do Ceará, o lema levado às ruas foi: “Trabalho Decente no Serviço Público Já”, cobrando a instalação nos municípios de medidas de valorização do trabalhador e dos direitos fundamentais no trabalho, além de realizar a aposta na criação de mais e melhores empregos, conquistados através de concursos público e relações de trabalho montadas sob a extensão da proteção social e diálogo social.

DE 08 a 10 de julho de 2011 a FETAMCE realizou seu 7º. CONGRESSO ESTADUAL VII Congresso no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe. Desta vez, foram mais de 400 participantes, unidos no objetivo de fortalecer cada vez mais a luta sindical do serviço público municipal.

Neste mesmo ano, a FETAMCE criou o Instituto Bárbara de Alencar (IBA) e implantou seu escritório técnico. Criada pela Fetamce, a entidade tem o objetivo de realizar a formação técnica e social de comunidades e lideranças locais, a profissionalização e geração de renda promovendo o desenvolvimento econômico, a dinamização social, cultural e esportiva, a educação e conservação ambiental e o combate à pobreza dos indivíduos e das comunidades. Neste período o IBA tem buscado realizar parcerias com Sindicatos, ONGs e outros parceiros para a captação de recursos através de Editais Nacionais e Internacionais, Governamentais e Não-Governamentais.

Em 2012 a FETAMCE realizou até então a maior Marcha Estadual do Trabalho Decente, com cerca de quatro mil pessoas, e o evento de maior repercussão, muito por conta da proposta,



que dizia: “De olho neles – contra o desmonte dos municípios”. As ruas do Centro de Fortaleza foram tomadas por trabalhadores com o objetivo de mobilizar a sociedade e os órgãos de fiscalização para o enfrentamento do desmonte após as eleições. As parcerias constituídas com o Ministério Público do Estado (MPE), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), a Procuradoria de Combate aos Crimes contra a Administração Pública (Procap), a Ordem dos Advogados no Brasil (OAB) foram destaques também naquele ano, a ponto de render editorial no jornal de maior circulação no estado, o Diário do Nordeste, e repercussão nacional.

Considerando o ano eleitoral, a FETAMCE realizou o Seminário “Cenários, Perspectivas e Estratégias para os Servidores Municipais nas Eleições 2012” teve o objetivo de fortalecer a luta dos servidores e servidoras municipais, incorporando, na agenda sindical, o processo eleitoral. Juntamente com estratégia da Marcha Estadual, que abordou o combate ao desmonte pós-eleições, a Fetamce publicou em dezembro de 2012 o relatório sobre o Desmonte das Prefeituras, mostrando para a sociedade e para a opinião pública aqueles que destruíam o patrimônio público de acordo com interesses particulares.

O II Colóquio do Trabalho Decente foi realizado em 2012 no Hotel Praia Centro e teve o tema “Por um Município Decente e Democrático”. Na oportunidade, candidatos de todo o estado nas eleições municipais daquele ano foram convidados a assinar o compromisso com a Plataforma Eleitoral de desenvolvimento do serviço público e das cidades do Ceará apresentada pela Federação.

Neste mesmo ano a FETAMCE realizou o curso “Finanças Públicas: Desafios e Perspectivas para a Negociação no Serviço Público” foi o tema do evento que tratou das dificuldades de negociação com os Executivos Municipais, contando com a participação dos sindicatos filiados à Fetamce. A atividade formativa foi uma promoção da subseção do Dieese.

Com o intuito de ampliar e fortalecer o processo de comunicação a FETAMCE lança a Revista F. Primeira revista elaborada e publicada pela Fetamce. Em sua edição de lançamento, o periódico de publicação semestral abordou o assédio moral no serviço público. Nos anos seguintes, os temas da revista foram Previdência e Terceirização.

Com o lema “Trabalho decente para viver melhor” a FETAMCE realizou a Jornada do Trabalho Decente (2012), abordando em quatro seminários temáticos questões como a “A saúde que queremos: plano de cargos e carreira e a qualidade dos serviços”; “Plano de carreira dos técnicos administrativos e qualidade de vida no trabalho”; “Previdência social no serviço público municipal: um direito de cidadania”; e “A educação que o Brasil precisa: PNE PRA VALER!”. Nesta ocasião foi lançada a Revista “Piso Salarial do Magistério e Educação de Qualidade: um grande desafio para o Brasil”.



Em dezembro de 2012 a FETAMCE lançou a Campanha Salarial Nacional Unificada protagonizada pela CONFETAM – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal. Com o tema “É hora de valorizar os servidores municipais”, a campanha focou nas iniciativas de trabalho decente, entre elas, a proposta de Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) para todos; a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação; a realização de Concurso Público nos municípios; a proposta de ganho real de salário; a discussão de cláusulas que punam e inibam o assédio moral no local de trabalho; a garantia da integralidade da Lei do Piso do Magistério e a defesa do piso salarial nacional das categorias. Nesse ano, a Campanha adotou inovações, utilizando pela primeira vez a produção de jingle musical, spots para programas de rádios e carros de som. Também pela primeira vez a Fetamce realizou ao final da Campanha uma pesquisa em parceria com a Subseção do Dieese com o propósito de averiguar as conquistas alcançadas lançando o 1º. Caderno “Memórias da Luta” que sistematiza os dados das conquistas salariais.

A II Jornada do Trabalho Decente realizada em 2013 aprofundou o tema “Saúde no trabalho e qualidade de vida”, com as implicações psicológicas e a busca de políticas públicas para o enfrentamento para as questões. Nesta ocasião a Fetamce realizou o lançamento da campanha estadual de enfrentamento do assédio moral no serviço público intitulada “Assédio Moral: Eu digo não!”.

Em 2013 a FETAMCE realizou a Marcha dos Trabalhadores que gerou grande repercussão e levou novamente servidores para as ruas com o mote “Basta de Precarização no Serviço Público Municipal”, uma referência aos riscos que a legalização da terceirização, através do Projeto de Lei 4330, representa aos direitos trabalhistas e à sociedade.

Em 2013 a FETAMCE participa, pela primeira vez, da Parada da Diversidade Sexual do Ceará com trio elétrico próprio, fruto do processo de fortalecimento da Secretaria LGBT, que organizou a participação dos servidores municipais nas ações de combate à homofobia, assim como a participação efetiva no I Seminário Nordeste sobre Prevenção ao HIV e Encontro do Comitê LGBT da ISP.

A Campanha Salarial de 2013 teve como tema “Prefeito (a), negocia!”, a campanha lutou pela regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva), que assegura a negociação entre Prefeituras e sindicatos sobre as condições de trabalho dos servidores públicos municipais, defendendo a implantação das Mesas Permanentes de Negociação Coletiva. Diversos municípios negociaram a criação de projetos de Lei ou Decretos. A Campanha utilizou uma estratégia de potencialização nas redes sociais, além das atividades de mobilização de rua e de negociação. Diversas personalidades, inclusive o ex-presidente Lula, fizeram fotografias segurando o cartaz “Prefeito, Negocia!”.



Em 2013 a FETAMCE realizou a II Jornada Estadual do Trabalho Decente que aprofundou o tema “Previdência dos servidores municipais em risco” com o intuito de explicitar os regimes previdenciários existentes no País e no Ceará. As palestras falaram sobre os regimes geral (INSS) e próprio de previdência social. No evento, também foi apresentado o balanço da Campanha Salarial 2012 com o lançamento do caderno “Memórias da Luta” e da 2ª edição da Revista F. com o tema da previdência.

Para aprimorar o processo de negociação da Campanha Salarial a FETAMCE realizou em 2013 o curso Negociação Coletiva no Setor Público. O curso teve como objetivo potencializar as qualidades de cada representante sindical para a mesa de negociação coletiva. A promoção do evento formativo foi uma parceria entre o Dieese e a Fetamce. O curso procurou organizar o conhecimento que cada trabalhador possui e ajudar a descobrir posturas, comportamentos, grau de argumentação e definir uma estratégia na mesa de negociação na defesa dos interesses da categoria.

Em 2014 a FETAMCE reeditou a Marcha Estadual do Trabalho Decente desta vez apontou para a grande demanda social de 2014: a defesa irrestrita dos Direitos Humanos, ameaçada no contexto de fragmentação de informações e disputas de ideias após a jornadas de junho de 2013, as manifestações da copa de 2014 e o desenrolar da divisão social acirrada nas eleições. O tema escolhido uniu movimentos sociais de jovens, negros, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTs e tantos outros ao slogan “Não vão calar a nossa voz”, um grito de alerta para toda a sociedade, chamando a atenção dos cearenses para a necessidade de fortalecer a democracia, de praticar a defesa dos direitos de todos os homens e mulheres e também para a obrigação de apontar as políticas públicas para as demandas reais do nosso povo, garantidos sempre mais direitos para os trabalhadores.

Com o tema “Precarização é gol contra” a FETAMCE lançou em parceria com a CONFETAM a Campanha Salarial Nacional Unificada. Foi escolhido em 2014 como o foco central para travar a luta contra o projeto Lei 4330/04, que regulamenta as terceirizações e retira as restrições hoje existentes para as atividades-fim bem como contra a Precarização das Relações de Trabalho no Serviço Público Municipal. Dialogando com o ano da Copa do Mundo no Brasil a Fetamce colocou seu time em campo para defender os interesses da categoria e enfrentar o time adversário que busca fazer gol contra o Brasil, os trabalhadores e a qualidade das políticas públicas. O tema da Campanha é uma continuidade da Marcha Estadual do Trabalho decente realizada em 2013. Neste ano a campanha tem sido uma das mais difíceis do último período para a obtenção de ganhos reais para a categoria. Há municípios que não obtiveram sequer o reajuste estabelecido pelo MEC em relação ao Piso do Magistério.



A IV Jornada do Trabalho Decente ocorreu em 2014 com o tema “Não vão calar a nossa voz - Pelo Direito Humano à Liberdade Sindical e Trabalho Digno” destacou os direitos humanos, com foco nos direitos de todas as pessoas – mulheres, jovens, minorias, negros e negras, LGBTs, pessoas com deficiência, povos indígenas, pobres e marginalizados. A Jornada também pôs em evidência ainda as situações reais de violação dos direitos sindicais, desrespeito aos direitos trabalhistas, situações de discriminação e preconceitos, práticas de condutas antisindicalistas e a existência de indicadores socioeconômicos que afetam a vida dos servidores públicos municipais no Ceará.

Em mais uma parceria com o Dieese, a Fetamce promoveu em 2014 o curso “PCC da Saúde”, com o objetivo de capacitar os dirigentes sindicais para a elaboração dos planos de cargos e carreiras dos servidores da Saúde.

A FETAMCE neste mesmo ano criou a Campanha de Sindicalização com o tema “Eu acredito em meu Sindicato” que foi lançada com o propósito de fortalecer os sindicatos através da ampliação da base de sindicalizados. Foi produzido um Guia Metodológico com dicas e ideias criativas para a realização da campanha nos municípios, bem como está recursos visuais como arte e layout para peças de propaganda (cartazes, adesivos, camisas, etc.), além de um vídeo.

De 06 a 08 de junho de 2014 a FETAMCE realizou o seu VIII Congresso Estadual. Neste momento a Fetamce chega à marca de 146 sindicatos de servidores filiados, representando um total de 156 municípios. Esse público, levou força a esta edição do evento, que contou com cerca de 400 participantes, mais uma vez realizado no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe, onde Enedina Soares foi reeleita presidenta.

Em 2015 a FETAMCE celebra 25 anos de história. Ao comemorar bodas de prata, a Federação conta com 146 entidades filiadas, representando um total de 156 cidades, ou seja, 85% das 184 cidades do Ceará.

Ainda em 2015 realizou-se a VI Marcha dos Servidores Municipais, que traz como tema: “Vire o jogo! É hora de justiça fiscal, desenvolvimento e investimento público” e a V Jornada do Trabalho Decente, que discutirá a “Gestão Municipal e Financiamento do Serviço Público”. As atividades nasceram do entendimento de que os trabalhadores não podem pagar a conta do ajuste fiscal e, diante de um ano complexo e de incerteza sobre o futuro, no Brasil e no planeta, com a crise do capitalismo neoliberal financeirizado, não é justo que a base da pirâmide social arque com as consequências das políticas de austeridades agora implantadas nos planos federal, estadual e municipal.

E assim a história continua...